

“Alianças Exóticas”

A integração do Brasil com a América Latina na ótica de *O Globo*

JULIANA GAGLIARDI

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

AFONSO DE ALBUQUERQUE

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

ID 2078

Recebido em

17/02/2020

Aceito em

12/04/2020

O objetivo deste trabalho é analisar o discurso do jornal *O Globo* sobre as alianças construídas pela política externa brasileira nos três primeiros governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Para tanto, analisamos 178 textos, entre artigos de opinião e editoriais, e propusemos três momentos na abordagem do jornal: reconhecimento, estranhamento e ruptura. Nosso argumento é que, ao falar sobre isso, o jornal demonstrou a defesa de um determinado modelo de desenvolvimento e de inserção na ordem global em reação a mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas na América Latina nas duas primeiras décadas dos anos 2000, a partir do movimento de “virada à esquerda”. Esse movimento viabilizou uma crise de identidade ao se chocar com a premissa de que a região teria um compromisso natural com um modelo ocidental de desenvolvimento.

Palavras-chave: *O Globo*. América Latina. Imprensa. Opinião.

“Alianzas exóticas”: la integración de Brasil con América Latina desde la perspectiva de *O Globo*

El objetivo de este artículo es analizar el discurso del periódico *O Globo* sobre las alianzas construidas por la política exterior brasileña en los gobiernos del Partido de los Trabajadores (PT). Nuestro argumento es que, al hablar de esto, el periódico demostró la defensa de un determinado modelo de desarrollo e inserción en el orden global en reacción a los cambios políticos, económicos y sociales que ocurrieron en América Latina en las primeras dos décadas de los años 2000, del movimiento “Giro a la izquierda”. Este movimiento permitió que una crisis de identidad se topara con la premisa de que la región tendría un compromiso natural con un modelo occidental de desarrollo.

Palabras clave: *O Globo*. América Latina. Prensa. Opinión.

“Exotic Alliances”: the integration of Brazil with Latin America from the perspective of *O Globo*

The aim of this paper is to analyze the speech of the newspaper *O Globo* about the alliances built by Brazilian foreign policy in the governments of the Workers’ Party (PT). Our argument is that when talking about this, the newspaper demonstrated the defense of a certain model of development and insertion in the global order in reaction to political, economic, and social changes that occurred in Latin America in the first two decades of the 2000s, from the movement “left turn”. This movement enabled an identity crisis to run into the premise that the region would have a natural commitment to a Western model of development.

Keywords: *O Globo*. Latin America. Press. Opinion.

Juliana **GAGLIARDI**

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Professora substituta do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e coordenadora executiva do Laboratório de Mídia e Democracia (Lamide) da Universidade Federal Fluminense.

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: jugagliardi@gmail.com

ORCID



Afonso de **ALBUQUERQUE**

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Programa de pós-Graduação em Comunicação e coordenador do Laboratório de Mídia e Democracia (Lamide) da Universidade Federal Fluminense.

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: afonsoalbuquerque@id.uff.br

ORCID



“O governo lulopetista segue o padrão de governos bolivarianos ainda espalhados pelo continente, os quais, ao primeiro sinal de fortalecimento da oposição – dentro da Lei – denunciam ‘golpe’” (O GLOBO, 2016).

Introdução

A acusação de que os governos do PT teriam um DNA “bolivariano” se tornou um dos principais elementos da retórica utilizada pela mídia hegemônica para justificar o impeachment de Dilma Rousseff, como o demonstra o trecho do editorial “Bolivarianos e Dilma se isolam na farsa do ‘golpe’”, publicado por *O Globo* durante as votações do processo no Congresso. Referências a termos como “Bolivariano”, “Chavista” e sua versão nacional – “Lulopetista” – para caracterizar esses governos se tornaram comuns especialmente a partir de 2014, quando Dilma foi reeleita. Mais do que discutir o modo como esses termos foram utilizados como instrumento político de deslegitimação do governo petista, este artigo se propõe a discutir o que eles significam. Dito de outro modo, questionamos: o que dá a eles um caráter pejorativo e, portanto, permite que se convertam em um recurso de ataque político? Com base em uma perspectiva histórica, sugerimos que os fundamentos do antagonismo com os vizinhos sul-americanos estão profundamente entranhados na cultura nacional.

Para dar conta do problema, o texto se organiza em quatro partes. A primeira delas aborda os padrões de relacionamento distantes que se estabeleceram historicamente entre o Brasil e seus vizinhos sul-americanos desde a década da independência. A segunda parte explora o fenômeno da “virada à esquerda”, na primeira década deste século, tendo em vista particularmente o modo como, nesse contexto, foram promovidas iniciativas voltadas à aproximação dos países sul-americanos e o esforço de construção de uma identidade comum, mais independente em relação aos Estados Unidos e países europeus. A terceira seção fala da mídia como um agente de reação a esse fenômeno. No último tópico, recorreremos à análise de conteúdo de editoriais e textos de opinião publicados pelo jornal *O Globo* entre 2003 e 2014 para discutir como a noção tardia de pertencimento do Brasil à América Latina afeta a forma pela qual *O Globo* enxerga a integração da política externa brasileira com países representantes da esquerda latino-americana.

Brasil e América Latina: Tão Perto, Tão Longe

O Brasil tem muito em comum com seus vizinhos da América do Sul. Com exceção de Suriname, Guiana e Guiana Francesa, todos os países da região se originaram de um processo de colonização conduzido por dois países ibéricos, Portugal e Espanha, que apresentam inúmeros pontos de contato sob a ótica da língua e da cultura. O Brasil tem fronteira com todos os países da região, com exceção de Chile e Equador. A despeito dos inúmeros elementos comuns existentes entre eles, o Brasil manteve, como regra geral, relações distantes com seus vizinhos da América Latina. Desse modo, na presente seção, exploramos como essa distância se construiu historicamente e apontamos algumas das razões que contribuíram para isso. Dois aspectos, em particular, merecem destaque aqui. O primeiro diz respeito à natureza específica da herança pós-colonial da América Latina, em comparação aos processos que tiveram lugar em outros continentes. O segundo se refere ao modo peculiar como o Brasil se insere nesse processo, comparado aos demais países da região.

Em linhas gerais, o debate sobre a pós-colonialidade se refere ao impacto persistente que a colonização europeia deixou sobre a identidade e as práticas de sociedades situadas em outros continentes. Nessa perspectiva, a centralidade que o Ocidente assume como referencial normativo para as demais sociedades não resulta da sua superioridade natural – como supõem as perspectivas eurocêntricas

(WALLERSTEIN, 2006), mas deriva da persistência de padrões de dominação mesmo após o fim do processo de colonização formal (APPADURAI, 1996; CHATURVEDI, 2000).

Originalmente, o debate sobre a pós-colonialidade teve por referencial primário um conjunto de sociedades que se tornaram independentes após o fim da Segunda Guerra Mundial, cuja condição histórica era muito distinta da que caracterizou os países latino-americanos, os quais tinham conquistado sua independência há mais de um século antes. Para além disso, a experiência latino-americana difere da que foi vivenciada por esses países (BORTOLUCI; JANSEN, 2013). Enquanto as sociedades do Oriente Médio e do Extremo Oriente foram capazes de conservar suas religiões, linguagens e muitas das suas tradições imemoriais (ORTIZ, 2000; WHITEHEAD, 2006), que serviram como barreira para uma influência ocidental mais plena, o processo colonial nas Américas levou a uma aniquilação das culturas previamente existentes – embora isso não seja igualmente verdadeiro em todos os países. Como consequência, as sociedades latino-americanas adotaram a linguagem e, em muitos aspectos, a cultura de seus colonizadores (ANDERSON, 1983).

Isso significa que a referência ao Ocidente se transformou em um elemento central da identidade das sociedades latino-americanas. Trata-se de uma referência fundamentalmente negativa e autodepreciativa em relação ao Ocidente, seja se afirmando como europeus de segunda classe ou como uma versão inferior dos Estados Unidos que, ao longo do século XX, tomou o lugar da Europa como referencial central do Ocidente (MIGNOLO, 2005). Essa percepção é particularmente forte entre as elites da região, que, usualmente, buscam legitimar a sua autoridade como “os portadores de parâmetros internacionalmente aprovados de modernidade” (WHITEHEAD, 2006, p. 9-10). Essas elites se comportam como “colonizadores internos” (GONZÁLEZ-CASANOVA, 1965; MIGNOLO, 1998), comprometidos com “a luta contra o barbarismo em sua cultura, através da promoção da civilização oriental” (MIGNOLO, 1998, p. 33). Em resumo, a desconfiança em relação à América Latina é, por razões históricas, um traço comum às elites da região.

Ao longo dos anos, essa desconfiança foi revelada claramente no padrão de aproximação do Brasil com a América Latina. As discussões sobre a aproximação regional são antigas e remontam ao período em que esses países emergiram como nações independentes. O primeiro esforço em direção à união das nações latino-americanas foi o Congresso do Panamá, em 1826, convocado por Simón Bolívar com o objetivo de estreitar as relações políticas e comerciais entre os novos países recém-independentes da metrópole espanhola. O encontro não teve grande êxito, uma vez que apenas três nações (México, Colômbia e Peru) enviaram representantes. O Brasil não participou, seja por não ter sido convidado (BETHELL, 2009), ou por ter cultivado algum receio de se aproximar de países republicanos enquanto ainda era um Império (DULCI, 2013). Ainda que os Estados Unidos tenham sido convidados, embora sem terem efetivado a sua participação em razão de problemas com seu representante, a ideia de Bolívar visava especialmente a união das ex-colônias espanholas.

Mais de seis décadas após o Congresso do Panamá, aconteceu, em 1889, a primeira Conferência Pan-Americana, convocada, desta vez, pelos Estados Unidos. Enquanto a delegação brasileira participava do encontro, foi proclamada a República no Brasil. Depois dessa conferência, várias outras aconteceram até a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948. Ao analisar algumas dessas conferências, Dulci (2013) identifica dois tipos de discursos principais: o “pan-americanismo” e o “latino-americanismo”. O primeiro, concebido fundamentalmente pelos delegados norte-americanos com a proposta de voltar o continente americano para si próprio; o segundo, construído a partir da oposição a esse discurso, especialmente pelas delegações argentinas, porque via nele o caminho para a hegemonia norte-americana. Para Dulci (2013), a Argentina carregou historicamente a pretensão de se tornar uma liderança na América Latina, o que justifica sua iniciativa de fazer frente à hegemonia norte-americana no continente. O Brasil, por sua vez, parecia mais simpático à participação dos Estados Unidos do que os outros países da América Latina. Um dos diplomatas envolvidos com as conferências, Joaquim Nabuco, foi, inclusive, um incentivador da presença norte-americana.

Diversos fatores contribuíram para que o Brasil se mantivesse historicamente em um lugar à parte na América Latina. Para começar, o Brasil é um país de língua portuguesa, cercado por países de língua castelhana. Em segundo lugar, a nação possui dimensões continentais, com mais de oito milhões de quilômetros quadrados, o que lhe permitiu desenvolver um senso de autossuficiência relativa aos seus vizinhos. A esses fatores mais gerais somam-se outros, de natureza histórica: diferentemente dos países hispano-americanos, que adotaram o regime republicano logo após sua independência, o Brasil permaneceu como uma monarquia (ou Império) e, ainda mais importante, liderado por monarcas europeus. Diferentemente de seus vizinhos, o Brasil não contou com a ação de libertadores; sua independência se deu pelas mãos do filho do rei de Portugal, o antigo colonizador. Por mais paradoxal que possa parecer, o fato é que o Brasil se percebeu por muito tempo como uma monarquia europeia incrustada na América do Sul e, coerentemente com isso, manteve distância dos seus vizinhos. Essa postura persistiu mesmo depois de o país ter adotado um regime republicano, em 1889: o Brasil manteve seu foco prioritário no reforço dos laços com os países da Europa Ocidental e, posteriormente, dos Estados Unidos.

Mais recentemente, contudo, essa tendência parece ter se revertido: a partir da segunda metade do século XX, o Brasil iniciou um processo de aproximação com seus vizinhos sul-americanos, embora nem sempre construído com bases em relações virtuosas – um exemplo foi a Operação Condor, que uniu os aparatos repressivos dos regimes autoritários desses países nas décadas de 1960-70. Tal processo atingiu o seu ápice neste século. Por um lado, a integração com os vizinhos sul-americanos se tornou um tema central da agenda do governo brasileiro quando o Partido dos Trabalhadores esteve à frente do país, entre os anos de 2003 e 2016. Essa aproximação foi favorecida pelo processo de “virada à esquerda” que aconteceu em diversos países sul-americanos no período e favoreceu um projeto de integração regional.

Esse cenário serve de contexto para a investigação que conduzimos neste texto. Ela diz respeito ao tratamento dispensado pelo jornal *O Globo* quanto à política externa dos governos petistas e, em particular, à ênfase que o mesmo deposita em alianças com países vizinhos governados pela esquerda e aos países do Terceiro Mundo em geral – as “alianças exóticas”, a que o jornal se refere.

O termo “alianças exóticas” guarda uma óbvia proximidade com a expressão “ideologias exóticas”, que se tornou corrente na linguagem da política na década de 1930 – em referência a doutrinas políticas “estrangeiras”, como a comunista e a nazifascista, em oposição ao interesse nacional – e ganhou renovada atenção durante o regime militar (1964-1985), agora em oposição ao Ocidente, no contexto da Guerra Fria. As “alianças exóticas”, a que *O Globo* se refere, mantém algo dessa tradição, na medida em que as “alianças naturais” que se opõem a elas dizem respeito aos países ocidentais. Do ponto de vista do jornal, essas alianças são indicadoras de uma “diplomacia companheira” e “terceiro-mundista”, e se tornam um motivo de suspeita em relação às intenções do governo no plano interno.

A “virada à esquerda” na América Latina

Desde a virada do milênio, os países da América do Sul experimentaram processos paralelos de mudança política, descritos de modo genérico como uma “virada à esquerda” (SCHAMIS, 2006; CASTAÑEDA, 2006; SELIGSON, 2007; ARDITI, 2008; ROCHLIN, 2007; CAMERON, 2009). O processo, iniciado pela ascensão de Hugo Chávez à presidência da Venezuela, em 1999, foi seguido por Lula no Brasil, em 2003; Néstor Kirchner na Argentina, em 2003; Evo Morales na Bolívia e Michele Bachelet no Chile, ambos em 2006; Rafael Correa no Equador, em 2007; Fernando Lugo no Paraguai, em 2008; e Tabaré Vázquez, em 2005, e Jose “Pepe” Mujica, em 2010, no Uruguai. Em todos os casos, presidentes de esquerda chegaram ao poder pela via eleitoral e alguns foram reeleitos para mandatos consecutivos ou viram seus herdeiros políticos ascenderem. Foram os casos de Lula, reeleito em 2006, e Dilma Roussef, eleita em 2010 e reeleita em 2014; Cristina Kirchner, eleita em

2007 e novamente em 2011; Hugo Chávez, reeleito em 2000, 2006 e 2012 e sucedido por Nicolás Maduro, em 2013; Evo Morales, reeleito em 2009; Rafael Correa, reeleito nas eleições de 2009 e de 2013; Michele Bachelet, mais uma vez eleita em 2013; e Tabaré Vázquez, novamente eleito em 2014.

Na verdade, o termo “esquerda” se aplica a uma diversidade considerável de situações, estilos de segurança e modelos políticos. Para além das diferenças existentes entre os diversos regimes, os governos de esquerda da região desenvolveram inúmeras iniciativas que indicam a percepção de uma identidade e interesses comuns, tais como a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Aliança Bolivariana Para os Povos da Nossa América (Alba).

A “virada à esquerda” não foi a primeira onda de convergência política que atingiu os países da América do Sul. Antes dela, as nações experimentaram transformações que levaram à ampla difusão de regimes militares, entre as décadas de 1960 e 1980, e do neoliberalismo, na década de 1990. Em todos esses casos, os movimentos de convergência foram acompanhados por iniciativas conjuntas entre os países sul-americanos envolvidos no processo, como a Operação Condor que envolveu governos e forças de segurança de países da América do Sul (Brasil, Chile, Bolívia, Uruguai, Paraguai e Argentina) na montagem de um aparato comum de inteligência e repressão dos movimentos de esquerda durante o período em que os regimes militares predominaram no continente, e o projeto da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), na década de 1990 – que não teve sucesso no final. O que torna o processo de “virada à esquerda” diferente dos demais é o fato de ele ter levado ao poder grupos políticos previamente marginalizados, tanto do ponto de vista social – em muitos casos representantes de setores subalternos da sociedade – quanto político – como atores políticos marginais ou considerados anteriormente como “subversivos”, como nos casos de ex-militantes políticos que foram eleitos presidentes posteriormente, como Pepe Mujica, Dilma Rousseff e Michelle Bachelet.

O impacto provocado pela ascensão de um novo grupo de agentes políticos ao centro do poder seria considerável em quaisquer circunstâncias, mas adquire um significado ainda maior quando se leva em conta o contexto mais amplo no qual a mesma teve lugar – a “virada à esquerda” não aconteceu em apenas um ou poucos países, mas como um processo generalizado em quase toda uma região. No primeiro caso, a mudança pode ser percebida pelos opositores como um inconveniente ou mesmo uma séria ameaça; no segundo caso, - a mudança se reveste do sentido de tendência histórica, contágio ou conspiração. Neste último caso, acontecimentos e processos de caráter mais radical, ocorridos em territórios vizinhos podem ser entendidos como prenúncios do que está por vir no próprio país.

Ainda mais importante, a “virada à esquerda” na América Latina se insere dentro de um panorama mais amplo de transformações na ordem global. Diferentemente do que se passou na década de 1990, na esteira do declínio do regime comunista e da União Europeia, quando os modelos dos países ocidentais desenvolvidos – e dos Estados Unidos, em especial – se tornaram dominantes em escala global, a tal ponto que os termos “globalização” e “americanização” passaram a ser tomados por muitos analistas como sinônimos, a década de 2000 assistiu a um movimento oposto, no sentido de um mundo multipolar. Esse fenômeno está ligado a dois tipos de fatores. Em primeiro lugar, assistimos ao advento de novos agentes economicamente relevantes no cenário global, os chamados “países emergentes”, dos quais o grupo BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) constitui o exemplo mais conhecido. Originalmente um termo cunhado para indicar para os agentes econômicos internacionais um campo de investimento potencialmente muito rentável, os BRICs – posteriormente BRICS, com a entrada da África do Sul – se converteram em um grupo de pressão política, cujo propósito explícito era representar a voz dos “emergentes” (e dos excluídos da antiga ordem mundial). O segundo aspecto diz respeito à crise experimentada pelo Ocidente, tanto no âmbito político quanto no econômico. No campo político, a agenda otimista da década de 1990 cedeu lugar a uma mentalidade defensiva, expressa de maneira exemplar no conceito de “guerra ao terror” e em elementos como a xenofobia e a valorização da segurança em detrimento da liberdade de expressão a ele associados.

No campo econômico, os países ocidentais – e especialmente os componentes da União Europeia – têm amargado uma prolongada crise desde 2008.

Nesse contexto de transformação da ordem global, as relações internacionais ganharam grande visibilidade na agenda dos meios de comunicação brasileiros. De fato, há sólidas razões para isso. Em 2009, pela primeira vez a China superou os Estados Unidos como principal parceiro econômico do Brasil. Igualmente, o país estreitou seus laços com países da América Latina e da África, em detrimento de um contato mais próximo com os países ocidentais. Em um contexto em que as mudanças na ordem global têm sido interpretadas por muitos nos termos de um “choque de civilizações”, potencial ou em andamento, a política de alianças externas é muitas vezes interpretada como uma evidência do projeto que o governo brasileiro tem para o próprio país. Desse ponto de vista, uma política de “alianças exóticas” pode ser interpretada como significando um descompromisso com os “valores ocidentais”, incluindo-se aí a democracia liberal.

A mídia conservadora como um agente de reação

No auge da “virada à esquerda”, aconteceram, em 2014, oito eleições presidenciais na América Latina. Exceto no Panamá e na Colômbia, onde foram eleitos e reeleitos, respectivamente, os conservadores Juan Carlos Varela (Partido Panameñista) e Juan Manuel Santos (Partido Social de Unidade Nacional), nos outros seis processos eleitorais foram conduzidos ao poder candidatos de centro-esquerda¹.

Trata-se, portanto, de um momento particular, uma vez que nunca na história haviam coexistido tantos governos de esquerda na região. Na produção acadêmica sobre o período tornou-se corrente verificar uma divisão principal que colocou em polos distintos essas experiências (PETKOFF, 2005; PARAMIO, 2006; CASTAÑEDA, 2006; SELIGSON, 2007). De acordo com os estudos, haveria uma boa e uma má esquerda. A primeira “mente-aberta, reformista e internacionalista”, “consciente dos seus erros do passado” (CASTAÑEDA, 2006), a qual daria “suporte ao livre-mercado e a laços estreitos com os Estados Unidos” (SELIGSON, 2007). A segunda, supostamente “nascida da maior tradição latino-americana populista, é nacionalista, estridente e mente-fechada”, não teria aprendido com o passado e empregaria, ainda, uma “retórica repleta de orgulho do socialismo e ataques ao capitalismo e aos EUA” (CASTAÑEDA, 2006). A divisão sugerida pelos autores, embora tenha sido criticada (CAMERON, 2009), foi em parte reproduzida mesmo por pesquisas mais rigorosas na abordagem crítica, que partiram de divisões entre o que seria uma esquerda mais responsável e outra considerada radical ou populista (WEYLAND; MADRID; HUNTER, 2010; LEVITSKY; ROBERTS, 2011; BOAS, 2013; PORTO, 2015). Argumentamos que essa premissa se popularizou na opinião pública e passou a ser facilmente identificada nos jornais, especialmente no espaço de opinião que analisamos.

Historicamente, embora não haja uma produção consolidada sobre a oposição às esquerdas por parte da grande mídia, diversos estudos discutiram a abordagem predominantemente negativa por ela dispensada, no Brasil, ao Partido dos Trabalhadores ao longo do tempo (ALBUQUERQUE, 1994; AZEVEDO, 2008, 2009; FERES JÚNIOR; GAGLIARDI, 2019) ou o favorecimento destinado aos candidatos de oposição (MIGUEL, 1999; ALDÉ; MENDES; FIGUEIREDO, 2007).

Na grande imprensa, aqui representada por *O Globo*, a qualificação da política externa como ideológica e a repetida menção aos países governados pela esquerda como exemplos ou modelos que se opõem à democracia foi um dos aspectos dentro do qual cresceu o discurso de oposição a esses governos – tendo como principal referencial externo o chavismo e, internamente, o Partido dos Trabalhadores.

¹ Em El Salvador, foi eleito em março daquele ano o ex-guerrilheiro Salvador Sánchez Cerén (Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional). No mês seguinte, elegeu-se, na Costa Rica, Luis Guillermo Solís, que levou o partido Ação Cidadã a conquistar pela primeira vez a presidência no país. Na Bolívia, Evo Morales (Movimento para o Socialismo) foi eleito para mais um mandato em outubro, mesmo mês em que, no Brasil, Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) conquistou seu segundo mandato (quarto consecutivo do PT na presidência). No Uruguai, Tabaré Vázquez (Frente Ampla) foi eleito no segundo turno.

A hipótese trabalhada aqui é que, ao falar sobre isso, o jornal demonstra a defesa de um determinado modelo de desenvolvimento e de inserção na ordem global em oposição às mudanças realizadas no âmbito da “virada à esquerda” que tomou forma em vários países da América Latina desde o final dos anos 1990. *O Globo*, em particular, constrói um movimento de reação ao definir essas mudanças como inadequadas e ao reafirmar o modelo ocidental como ideal e como único caminho para o desenvolvimento. Um exemplo importante de que iniciativas de integração regional também foram patrocinadas pelo campo liberal/conservador é o Grupo de Diários América (GDA), que reúne jornais de onze países da América Latina, dentre os quais se inclui *O Globo*. Originalmente um projeto de integração econômica, o GDA se transformou em uma aliança política de oposição aos governos de esquerda (GAGLIARDI, 2017), cuja atuação supostamente ameaçaria valores fundamentais da civilização ocidental, como a democracia representativa e a liberdade de imprensa.

Os editoriais de *O Globo* e a integração Latino-Americana

“O momento deveria ser de revisão da política de alianças exóticas” (O GLOBO, 2011b).

Consideramos, para esta análise, textos de opinião e editoriais do jornal *O Globo* publicados entre 2003 e 2014 e acessados a partir de seu acervo digital. Para tal, utilizamos a metodologia de análise de conteúdo (Bardin, 1991). Na plataforma, realizamos uma busca pelo termo “política externa” especificamente nas editoriais de opinião e durante a primeira década dos anos 2000, que nos levou a mais de 370 textos. Manualmente foram selecionados aqueles que dialogavam com a discussão proposta – em outras palavras, aqueles referentes à política externa brasileira que ressaltassem as relações entre o Brasil, América Latina e/ou os Estados Unidos e em relação a outros países do Sul, enquanto conceito geopolítico. Nesse sentido, foram selecionados os textos que discutiam a inserção internacional brasileira e que, por serem de opinião/editoriais, davam suporte a algum argumento que julgava essa inserção de alguma forma. Textos com foco exclusivo em outros países não foram considerados em nossa análise. As matérias foram classificadas em função do seu formato (artigos de opinião assinados ou editoriais) e de acordo com o posicionamento adotado relativamente à política externa dos governos petistas.

A opção pelos textos de opinião se justifica por ser esse um material em que o jornal destaca de forma direta as suas escolhas e o sentido de seus enquadramentos, sendo, portanto, um espaço privilegiado para a análise das relações entre a imprensa e a política (FIRMSTONE, 2019). Certamente isso não significa que as reportagens de outras editoriais sejam neutras ou objetivas; revela tão somente que optamos por definir como universo da pesquisa o espaço em que o jornal expõe diretamente e com clareza as opiniões que o representam. Foram analisados 178 textos que abordaram a política externa brasileira ou, mais amplamente, que trataram especialmente da inserção internacional do país. Entre os 178 textos analisados, 106 (59,5%) são artigos de opinião assinados e 72 (40,5%) são editoriais do jornal. Como resultado deste trabalho, propomos a identificação de três momentos na forma pela qual o jornal *O Globo* retratou a política externa brasileira nesse período, de 2003 a 2009: reconhecimento, estranhamento e ruptura.

A primeira fase, a que chamamos de reconhecimento, se deu entre 2003 e 2004 (26 textos), quando o jornal adotou uma postura analítica não predominantemente hostil aos rumos sinalizados pelo novo governo para a política externa brasileira, a qual, conforme se constatava, passava por mudanças. O tom geral era o de reconhecimento quanto à posição de liderança regional do país e à sua política mais independente, como ilustra o seguinte excerto:

O discurso de posse de Lula marca claramente uma nova etapa na nossa política externa, seguindo o preceito tradicional de que a política interna deve determinar a externa. Já se podem ver reflexos desse discurso novo em diversas medidas governamentais, mesmo fora da área do Itamaraty, a começar pela decisão do Ministério da Defesa de suspender a licitação da FAB para compra de aviões por um ano. Além de ressaltar para o mundo a importância do Programa Fome Zero – a licitação estava mobilizando lobbies de vários países – ela quebra um processo que estava em curso e permite que, mais adiante, o governo encomende os aviões à Embraer sem reabrir a concorrência, valorizando o produto nacional (PEREIRA, 2003, p.4).

E, ainda: “Não há como negar que a política externa do presidente Luiz Inácio Lula amadureceu. [...] A máquina que comanda as relações internacionais do Brasil parece, felizmente, reencontrar o rumo” (*O GLOBO*, 2004, p. 6).

Embora se destacasse que a integração sul-americana despontava como prioridade do programa no governo Lula, celebrava-se, por outro lado, a maturidade de sua política externa, uma vez que havia sido, então, escolhido o caminho “correto”: buscar autonomia sem, no entanto, renunciar ao que era visto como a imperiosa necessidade de ter acesso ao mercado dos Estados Unidos. Para *O Globo*, a política externa de Lula havia alcançado a maturidade por não ter sucumbido ao caminho equivocado trilhado, por exemplo, por Hugo Chávez, na Venezuela, e Néstor Kirchner, na Argentina.

O que no periódico chamava-se de “antiamericanismo” já era naquele momento – e foi ao longo de todo o período considerado neste trabalho – rechaçado e retratado como um sentimento anacrônico. Nesse período já apareciam críticas ao que se julgava ser o silêncio do país com relação a nações que, de acordo com o jornal, violavam os direitos humanos. Também nessa fase foi possível identificar o discurso sobre traços “terceiro-mundistas” e as expectativas de que fossem “coisas do passado” com relação a Lula.

Em 2005, houve um corte nesse tom e se iniciou o segundo período, que caracterizamos como de estranhamento (oito textos). O reconhecimento e os elogios sobre a maturidade da política externa brasileira já não se faziam presentes, dando lugar, por exemplo, às críticas quanto ao esfriamento das negociações da Alca. O Brasil era ainda mencionado como tendo papel de destaque na ponte entre os Estados Unidos e a América do Sul. Mas as menções a um suposto “ranço” terceiro-mundista associado a um antiamericanismo no continente se tornaram mais frequentes. Nesse período, a “ideologização” da política externa brasileira passou a ser apresentada como um problema e o jornal passou a sugerir a sua revisão, conforme ilustrado no trecho destacado a seguir:

É arriscada também a noção de que um expediente válido para enfrentar a hegemonia americana seria aproximar-se a qualquer custo da China e da Índia. Ela trai a persistência de um ranço terceiro-mundista, que leva o país a inclinar-se para figuras suspeitas como Hugo Chávez. [...] Quando os custos ameaçam superar a expectativa de benefícios, é hora de parar para pensar (*O GLOBO*, 2005, p.6).

A terceira e última fase foi a ruptura (144 textos). De 2006 em diante, os textos do jornal, de modo geral, tornaram-se consideravelmente mais incisivos do que nos dois momentos anteriores. Um dos termos adotados, “ruína diplomática”, sintetiza o viés que o discurso sobre a política externa brasileira assumiu na ótica do periódico. Os textos desse período afirmam que Lula teria apostado em uma visão “míope” e “esclerosada” de conflito Norte-Sul e dado preferência às parcerias com países “atrasados”, conforme os exemplos a seguir:

Já é da História que Lula e o PT foram sensatos em manter a rota da política econômica, ao assumirem em 2003. O governo e o país escaparam de grave crise. Mas, talvez para compensar o “conservadorismo”, uma manobra radical foi executada na política externa. Instituiu-se a “diplomacia companheira”, inspirada na ideologia nacionalista e terceiro-mundista das décadas de 60 e 70 do século passado, quando Unctad era sinônimo de independência. Ressuscitou-se um antiamericanismo juvenil, importado do passado, do mundo bipolar da Guerra Fria (*O GLOBO*, 2011b, p.6).

À luz dessas realidades, o Brasil precisa repensar a visão que temos da parceria com nossos vizinhos. A América do Sul está dividida, dificultando a busca de convergências políticas e comerciais. [...] Chegou a hora de pensar mais no interesse nacional do que em parcerias estratégicas e em políticas de generosidade (BARBOSA, 2011).

Esse trecho também demonstra a tendência apresentada: “Diplomacia ‘partidária’ faz Brasil se afastar dos Estados Unidos e defender posições oblíquas para ficar ao lado de ‘companheiros’” (*O GLOBO*, 2014a, p.18), assim como o excerto:

Começam a ficar mais nítidos os prejuízos decorrentes da diplomacia de aliança cega com latino-americanos populistas e terceiro-mundistas, algo que há tempos faz parte o lixo da História (*O GLOBO*, 2014b, p. 16).

Em contraposição ao que se dizia entre 2003 e 2004, agora se declara que o Brasil seguiu o caminho errado ao passar a construir a política externa a partir de “alianças exóticas”, da ideologia e não dos interesses comerciais concretos, o que significaria um retrocesso. Também nesse espaço, o material analisado ressalta que a aproximação com os Estados Unidos não significava subserviência. Observa-se que há uma consideração, de maneira pejorativa, que o país teria se entregado à “diplomacia da generosidade”, o que, para o jornal, se chocaria com o interesse nacional por não oferecer contrapartida à altura. Destaca-se também a expressão “realismo mágico”, empregada para deslegitimar as escolhas de alianças praticadas no âmbito da política externa. Esses dois conceitos presentes no discurso do jornal enunciam o núcleo que baseou suas críticas: o país teria escolhido a ideologia e não o pragmatismo para nortear a sua diplomacia.

No início do primeiro governo de Dilma Rousseff, em 2011, emergiu a expectativa de “correção” da política externa, ou seja, de que a presidenta adotaria rumos menos ideológicos do que no governo Lula, de que não seria condescendente com governos considerados ditatoriais e de que teria lugar uma reaproximação com os Estados Unidos. Mas, no segundo semestre daquele ano, o jornal a acusou de “recair na ‘diplomacia companheira’” ao ser leniente com a Síria (*O GLOBO*, 2011a). A partir daí, artigos (especialmente de Rubens Barbosa) apontaram o encolhimento da política externa e a redução de participação do país na cena internacional, enquanto nos editoriais permaneceram as acusações de alianças ideológicas que caracterizam a fase de ruptura proposta.

Durante as três fases, o jornal investiu em vários conceitos para marcar seu distanciamento do governo na interpretação da aproximação do país com os países latino-americanos da “virada à esquerda”. Destacamos algumas dessas considerações a seguir.

Em primeiro lugar, esses textos indicam a pressuposição de que há um caminho correto a ser naturalmente trilhado. Assim, alianças com outros países inseridos no movimento da “virada à esquerda” não são bem recebidas no espaço editorial e de opinião do jornal por serem um fator que desvia o país de um suposto rumo natural. Por essa aproximação ser entendida como “exótica” (*O GLOBO*, 2011b), fica claro que essa direção da política externa é considerada “alienígena”, exterior às necessidades brasileiras.

Em segundo lugar, pode-se dizer que esse material indica a aversão do veículo à política de aproximação diplomática com os países vizinhos, em especial a Venezuela. Se o Brasil durante muito tempo não se considerou parte da América Latina, a caracterização sarcástica da “diplomacia companheira” (*O GLOBO*, 2011b; *O GLOBO*, 2013a) e da aproximação com “regimes companheiros” (*O GLOBO*, 2013b) indicam a América Latina que o jornalismo brasileiro não quer ser, por seu característico “primitivismo ideológico” (MAGNOLI, 2013c) visto como um entrave ao crescimento.

O terceiro ponto que se pode destacar, refere-se ao uso da adjetivação “terceiro-mundismo” (*O GLOBO*, 2011b; *O GLOBO*, 2013a; *O GLOBO*, 2013b) para caracterizar a política externa brasileira. O termo confere ao modelo brasileiro o sentido de um retrocesso e, ao mesmo tempo, indica o julgamento de uma suposta incapacidade de garantir o desenvolvimento do país. A partir disso, as caracterizações do governo como “lulismo” (*O GLOBO*, 2011b; MAGNOLI, 2013), também chamado pejorativamente de “lulopetismo” (MAGNOLI, 2013c), para se referir aos governos petistas de Lula e Dilma Rousseff – indica que esses governos seriam culpados pela escolha do caminho errado.

Um quarto ponto se encontra nos conceitos de “diplomacia de benemerências” e “bom-mocismo” (*O GLOBO*, 2013b), vocabulário usado após a presidente Dilma ter anunciado que perdoaria a dívida de alguns países africanos com o Brasil. Essa reação expressa também a aversão da política diplomática com relação ao continente africano e reafirma a importância que se dá à economia como campo que deveria se sobrepôr a todos os outros em um país “desenvolvido”. O termo bom-mocismo é uma clara reprovação a políticas que não garantam vantagens econômicas dentro da lógica capitalista.

O quinto ponto, expresso no conceito de “antiamericanismo juvenil” (*O GLOBO*, 2011b; MAGNOLI, 2013c), permite perceber que se considera ingênuo e infantil negar a aproximação com os EUA. Dessa forma, grosso modo, o jornal explicita sua defesa de um determinado modelo de concepção da política e da economia, recusando veementemente a falência histórica do capitalismo (MAGNOLI, 2014).

Em outras palavras, dar preferência para a aliança política ou econômica com esses países é considerado como parte de um “espírito de demolição” (GIAMBIAGI, 2013), que não levaria o Brasil a lugar nenhum, constituindo o que julgam ser o atual “realismo fantástico” latino-americano (GIAMBIAGI, 2013; PEREIRA, 2013), ou seja, algo que estaria fora da realidade desejada.

Diante do que foi exposto, podemos dizer que o jornal oferece três caminhos ao retratar a política externa brasileira no período compreendido. Um deles, normativo, ao definir um caminho a ser seguido (e como), sem possibilidade de alternativas. Um viés naturalizador, porque naturaliza esse caminho tornando surpreendente, fantástico ou exótico, no mau sentido, tudo que estiver fora dele. E um terceiro viés que é o condenatório, que atribui a alguns personagens a responsabilidade por desvios, acusando-os de má-fé ou de incapacidade de enxergar o que deveria ser feito.

A análise cruzada desse material, portanto, mostra que no início do governo Lula houve certa ponderação e concordância sobre a correção de rumos na condução da política externa. Mas esse quadro durou apenas os dois primeiros anos do governo do presidente. Desde 2005, o tom dos textos mudou e as escolhas do governo Lula nessa área passaram a ser retratadas como um desvio de rumo em direção a um caminho errado; isso aconteceu de forma concomitante à aproximação de Lula a outros países de fora do eixo Primeiro Mundo, especialmente os da América do Sul, e de forma concomitante à estruturação do discurso sobre a cooperação Sul-Sul, prioridade da política externa da gestão Lula.

Para os autores do jornal, o Brasil é destacado do resto da América do Sul pelo tamanho e força de sua economia e pela inserção internacional. Ou seja, tem um papel especial, de liderança acompanhado da ideia de um posicionamento moral que deve ser cumprido, mas que não se cumpria pela ideologização. Nesse ponto, há um investimento claro no discurso sobre a importância do pragmatismo em oposição à ideologia para a escolha de parceiros internacionais. Ou seja, da forma como é realizada, a parceria com a América do Sul se explicaria apenas por uma política de companheirismo, que, na ótica do jornal, não seria positiva e não contribuiria para se alcançar bons resultados.

A posição sugerida atualmente pelo jornal *O Globo* e discutida neste trabalho, reforça um discurso que defende que o pragmatismo se sobreponha à ideologia; contudo, justifica sua recusa à ideologização da diplomacia brasileira a partir de razões igualmente ideológicas. Nesse sentido, põe restrições ao pragmatismo, considerando que nem tudo vale por ele: Estados Unidos sim, mas Irã e China, por exemplo, não.

Considerações finais

Depois de muito tempo, a América Latina – e, particularmente, os vizinhos sul-americanos – se tornaram objeto de grande interesse no Brasil, tanto por parte do governo petista quanto da imprensa liberal-conservadora. O modo como esse interesse se expressa é, contudo, bastante diferente nos dois casos.

No caso do governo, ele está ligado a uma mudança dos rumos da política internacional, que valoriza os laços com outros países do “Sul” (e da América do Sul, em particular) em detrimento do Ocidente. Alternativamente, o interesse de *O Globo* pelo tema se constitui com base em uma atitude de resistência à mudança de orientação. Isso não impede o jornal de se aproximar dos vizinhos. De fato, ele se aproximou de veículos liberais/conservadores de dez outros países da América Latina, integrantes do Grupo de Diários América, dentro de uma agenda comum de combate aos governos de esquerda, percebidos como ameaças aos valores fundamentais do Ocidente e, em particular, da democracia representativa. Na medida em que a região é percebida como experimentando uma tendência comum de transformação, o noticiário externo ganha tons locais, de modo que acontecimentos em países vizinhos são interpretados como prenúncios de um destino possível do Brasil.

Referências

- ALBUQUERQUE, Afonso. A campanha presidencial no Jornal Nacional: observações preliminares. **Comunicação e Política**, v. 1, n. 1, p. 23-40, 1994.
- ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel; FIGUEIREDO, Marcus. Tomando Partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006. **Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. 153-172, 2007.
- ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. London: Verso Books, 1983.
- APPADURAI, Arjun. **Modernity at Large**. Minneapolis, MN, London: University of Minnesota Press, 1996.
- ARDITI, Benjamin. Arguments about the Left Turns in Latin America: A Post-Liberal Politics? **Latin American Research Review**, v. 43, n. 3, p. 59-81, 2008.
- AZEVEDO, Fernando Antonio. Imprensa, Partido dos Trabalhadores e eleições presidenciais (1989-2006). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS). 17., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Compós, p. 1-21, 2008.
- _____. A imprensa brasileira e o PT: um balance da cobertura das eleições presidenciais (1989-2006). **EcoPós**, v. 12, n. 3, p. 48-65, 2009.
- BARBOSA, Rubens. Mudar a política externa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 nov. 2011. p. 7.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BETHELL, Leslie. “O Brasil e a ideia de ‘América Latina’ em perspectiva histórica.” **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 289-321, 2009.
- BOAS, Taylor. Mass media and politics in Latin America. In: DOMÍNGUEZ, Jorge I.; SHIFTER, Michael (Eds.). **Constructing Democratic Governance in Latin America**. 4 ed. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2013. p. 48-77.
- BORTOLUCI, Jose H.; JANSEN, Robert S. Toward a postcolonial sociology: The view from Latin America. **Political Power and Social Theory**, v. 24, p. 199-229, 2013.
- CAMERON, Maxwell. Latin America’s Left Turns: beyond good and bad. **Third World Quarterly**, v. 30, n.2, p. 331-348, 2009.
- CASTAÑEDA, Jorge. “The Latin America’s left turn”. **Foreign Affairs**, n. 85, p. 28-43, 2006.
- CHATURVEDI, Vinayak (Ed.). **Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial**. London; New York: Verso Books, 2000.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As Conferências Pan-americanas (1889-1928):** identidades, união aduaneira e arbitragem. São Paulo: Alameda, 2013.

FIRMSTONE, Julie. Editorial Journalism and Newspapers' Editorial Opinions. In: **Oxford Research Encyclopedia of Communication**. 2019. Disponível em: <<https://oxfordre.com/communication/view/10.1093/acrefore/9780190228613.001.0001/acrefore-9780190228613-e-803>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

GAGLIARDI, Juliana. Imprensa em rede na América Latina: a Sociedade Interamericana de Imprensa e o Grupo de Diários América. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**, v. 9, n. 17, 2017.

GIAMBIAGI, Fabio. Obsessão psicanalítica. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 abr. 2013. Opinião, p. 13.

GONZÁLEZ-CASANOVA, Pablo. Internal colonialism and national development. **Studies in Comparative National Development**, v. 1, n.4, p. 27-37, 1965.

LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth M. Latin America's left turn: a framework for analysis. In: _____. (Eds.). **The resurgence of the Latin American left**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2011. p. 1-30.

MAGNOLI, Demétrio. Lula e a falência da doutrina Garcia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 jan. 2013. Opinião, p. 23.

_____. Declínio do declinismo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 jan. 2014. Opinião, p. 13.

MIGNOLO, Walter D. Globalization, civilization processes, and the relocation of languages and cultures. In: JAMESON, F.; MIYOSHI, M. (Eds.). **The Cultures of Globalization**. Durham, NC: Duke University Press, 1998. p. 32-53.

_____. **The Idea of Latin America**. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe. Mídia e eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 42, n. 2, p. 1-12, 1999.

O GLOBO. A boa tradição, **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 jan. 2004.

_____. Brasil recai na 'diplomacia companheira'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 ago. 2011a. Opinião.

_____. Ideologia atrapalha política externa do Brasil. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 nov. 2014a. Opinião, p. 18

_____. Política comercial agrava crise da indústria. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 ago. 2014b. Opinião, p. 14.

_____. O destino dos aliados do Itamaraty. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1 dez. 2011b. Opinião, p. 6.

_____. Projeto em xeque. **O Globo**, Rio de Janeiro, 3 jul. 2005. Opinião, p. 6.

_____. Sinal de sensatez na diplomacia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 mar. 2013a. Opinião, p. 22.

_____. Prejuízos da diplomacia de benemerências. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 mai. 2013b. Opinião, p. 16.

_____. A polêmica agenda do governo Dilma. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 jun. 2013c. Opinião, p. 20.

_____. Bolivarianos e Dilma se isolam na farsa do Golpe 2016. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 abr. 2016. Opinião, p. 20.

ORTIZ, Renato. From incomplete modernity to world modernity. **Deadalus**, v. 129, n.1, p. 249-260, 2000.

PARAMIO, Ludolfo. Giro a la izquierda y regreso del populismo. **Nueva Sociedad**, n. 205, p. 62-74, 2006.

PEREIRA, Merval. Ousadias para americano ver. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 jan. 2003. Opinião, p. 7.

_____. Túnel do Tempo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 jan. 2013d. Opinião, p. 4.

PETKOFF, Teodoro. **Las dos izquierdas**. Nueva Sociedad, n. 197, p. 114-128, 2005.

PORTO, Mauro. Political Communication Research in Latin America. In: MAZZOLENI, Gianpietro (Ed.). **The International Encyclopedia of Political Communication**. John Wiley & Sons, 2015.

ROCHLIN, James. Latin America's Left Turn and the New Strategic Landscape: The Case of Bolivia. **Third World Quarterly**, v. 28, n. 7, p. 1327-1342, 2007.

SCHAMIS, Hector. “A ‘left-turn’ in Latin America? Populism, socialism and democratic institutions”. **Journal of Democracy**, v. 17, n. 4, p. 21-34, 2006.

SELIGSON, Mitchell. The rise of populism and the left in Latin America. **Journal of Democracy**, v. 18, n. 3, p. 81-95, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. **European Universalism: The Rhetoric of Power**. New York; London: The New Press, 2006.

WEYLAND, Kurt; MADRID, Raúl L.; HUNTER, Wendy. **Leftist Governments in Latin America: successes and shortcomings**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

WHITEHEAD, Laurence. **Latin America: A New Interpretation**. New York: Palgrave MacMillan, 2006.

Informações para textos em coautoria

Concepção e desenho do estudo

Juliana Gagliardi; Afonso de Albuquerque

Aquisição, análise ou interpretação dos dados

Juliana Gagliardi; Afonso de Albuquerque

Redação do manuscrito

Juliana Gagliardi; Afonso de Albuquerque

Revisão crítica do conteúdo intelectual

Juliana Gagliardi; Afonso de Albuquerque

Informações sobre o artigo

Resultado de projeto de pesquisa, de dissertação, tese

Não se aplica.

Fontes de financiamento

Juliana Gagliardi era, na época desta pesquisa, bolsista CAPES/INCT (Instituto da Democracia e da Democratização da Comunias, número do processo: 88887.185451/2018-00).

Considerações éticas

Não se aplica.

Declaração de conflito de interesses

Não se aplica.

Apresentação anterior

XII Congresso da ALAIC, 2014, Lima.

Agradecimentos/Contribuições adicionais [a critério dos autores]

Os autores agradecem aos pareceristas anônimos da E-Compós pelas críticas que contribuíram para o aprimoramento do texto.